



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Gestão de Políticas Públicas

GIOVANNA CHRISTINNE RODRIGUES

DEPUTADOS FEDERAIS – UMA ANÁLISE SOCIOPROFISSIONAL

Brasília - DF

2017

Giovanna Christinne Rodrigues

DEPUTADOS FEDERAIS – UMA ANÁLISE SOCIOPROFISSIONAL

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de Brasília – UnB.

Orientador: Professor Doutor Carlos Augusto Mello Machado

Brasília – DF

2017

GIOVANNA CHRISTINNE RODRIGUES

DEPUTADOS FEDERAIS – UMA ANÁLISE SOCIOPROFISSIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília da aluna

Giovanna Christinne Rodrigues

Doutor, Carlos Augusto Mello Machado

Professor-Orientador

Doutora, Danusa Marques

Professora-Examinadora

Mestra, Fernanda Natasha Bravo Cruz

Professora-Examinadora

Brasília, de de

Rd Rodrigues, Giovanna
 Deputados Federais - Uma análise
socioprofissional / Giovanna Rodrigues; orientador
carlos machado . -- Brasília, 2017.
 47 p.

 Monografia (Graduação - gestão de políticas
públicas) -- Universidade de Brasília, 2017.

 1. política. 2. deputados federais. 3.
recrutamento político. I. machado , carlos, orient.
II. Título.

À minha mãe, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus padrinhos, João e Ana Cláudia, vocês foram imprescindíveis em minha infância e adolescência, com seus incentivos à leitura e estudo cheguei até aqui.

Ao meu grande companheiro, Eric, obrigada por sempre me apoiar e nunca ter saído do meu lado.

À minha família, graças a todos vocês sempre recebi amor e instrução, eles foram fundamentais para minha formação – que está só começando.

Por fim, e não menos importante, Carlos Augusto Mello Machado, obrigada pelo imensurável apoio, esse trabalho não teria sido possível sem você.

Sic Parvis Magna.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise descritiva do perfil dos candidatos que se declararam como políticos nas eleições de 2014. Para isso foram utilizadas as informações biográficas presentes no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral. O mundo político possui suas próprias características, e alguns candidatos declaram sua profissão ocupacional como sendo político. A literatura recente aponta que ser político traz uma vantagem para aqueles que vão se candidatar, mas não esclarece os nexos causais desta situação. A partir dos dados do TSE foi traçada a análise descritiva sobre o perfil de candidatos que se identificam como políticos. Os dados revelaram que muitos dos políticos que assim se localizam do ponto de vista profissional já concorreram declarando esta ocupação desde suas primeiras participações. Contudo, em certas eleições, alguns candidatos declararam uma ocupação diferente, depois político, e em seguida voltaram a declarar outra profissão. Não se sabe ao certo o motivo e o que significa ser político, mas não se pode descartar a hipótese de que a declaração enquanto político signifique apenas que já tiveram experiência ao ocupar cargo eletivo anteriormente.

Palavras-chave: Deputado Federal; Ocupação profissional; Político.

ABSTRACT

This paper aims to make a descriptive analysis of the profile of the candidates who declared themselves as politicians in the 2014 elections. For this, biographical information was used in the database of the Superior Electoral Court. The political world has its own characteristics, and some candidates declare their occupational profession to be political. Recent literature points out that being a politician brings an advantage to those who will apply, but does not clarify the causal links of this situation. From the data of the TSE the descriptive analysis was traced on the profile of candidates who identify themselves as politicians. The data revealed that many of the politicians who are so located from a professional point of view have already competed declaring this occupation since their first appearances. However, in certain elections, some candidates declared a different occupation, then a political one, and then declared another profession. The motive and what it means to be a politician is not clear, but one cannot rule out the assumption that the statement as a politician means only that they have had experience in holding a previous position.

Key words: Federal deputy; Professional occupation; Political.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela 1. Candidatos à deputado federal que se declararam como políticos, por declaração de ocupação nas eleições anteriores (1998-2010)

Tabela 2 – Ocupação política dos candidatos às eleições, Brasil (1998-2014)

Tabela 3 – UF dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 4 – Partido dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 5 – Sexo dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 6 – Raça dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 7 – Ideologia do partido dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 8 – Região dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Tabela 9 – Tabela 9. Ocupação profissional dos candidatos auto-declarados como políticos em 2014, por ocupação declarada em 2010 e por número de vezes em que se declarou como político em eleições anteriores.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEM – Democratas
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PP – Partido Progressista
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
SD – Solidariedade

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
1.1 Problema de pesquisa.....	13
1.2 Justificativa.....	14
2. Carreira Eleitoral.....	15
2.1 Recrutamento Político.....	18
2.2 Trajetória Política.....	21
2.3 Políticos de Profissão.....	26
3. Ocupação Profissional.....	31
4. Conclusão.....	42
Referências.....	44

1. INTRODUÇÃO

O Brasil vive uma democracia representativa, sendo assim, é importante que exista a disponibilidade de informação sobre a política para que, dessa forma, o eleitor tenha conhecimento acerca do meio político, possuindo instrução suficiente para tomar uma decisão mais próxima ao seu interesse.

Essa pesquisa pretende trazer uma análise construída a partir da análise dos dados do TSE, a fim de que a trajetória política anterior dos candidatos que se declararam em 2014 como políticos seja analisada para descobrir e tatear o que significa ser político, quem são essas pessoas que indicam sua ocupação profissional como político, e o que isso significa.

Os bancos de dados de candidaturas presentes no site do Tribunal Superior Eleitoral são organizados por anos eleitorais, dessa forma, os bancos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 foram selecionados. As informações presentes nesses bancos foram tratadas, para que um novo banco de dados fosse criado, nesse novo banco de dados somente os candidatos que se declararam como políticos em 2014 foram selecionados, somando 641 casos.

Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos dos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral, e partir desses as informações existentes foram unificadas em um novo banco de dados para que uma análise estatística descritiva pudesse ser realizada. Esses dados não se referem ao número total de eleitos, ou ao número total de candidatos, as análises foram desenvolvidas especificamente sobre os 641 candidatos que se auto declararam políticos em 2014.

Com o passar dos anos, mais e mais pessoas vêm declarando suas ocupações profissionais como político. A literatura analisada retrata o perfil dos candidatos focando principalmente nas ideologias partidárias, raça e capital político.

A profissão político é o foco dessa pesquisa. Com base na literatura já existente iremos buscar fazer uma crítica, tendo as lacunas presentes no assunto como guia para a construção da mesma.

1.1.PROBLEMA DE PESQUISA

O objeto desta é investigar em que momento os políticos profissionais passam a declarar-se como tais, analisando, em seguida, qual é o perfil daqueles que passam a se caracterizar como políticos profissionais.

A dúvida que surgiu ao pensar nesse tema foi se realmente existem divisões dentro da câmara, e seus partidos, geradas pelo ofício de cada um. Que divisões existem, é um fato, elas se dão devido à ideologia, renda, raça, gênero. Mas as carreiras profissionais também entram nas diferenças políticas?

Para que isso possa ser realizado selecionamos os candidatos que definiram sua ocupação como sendo político em 2014, totalizando 641 casos, e a partir desses 641 casos que as análises foram desenvolvidas.

Existem outras pesquisas que analisaram os padrões de perfis de candidatos, no que diz respeito ao partido, por exemplo. O achado nessas pesquisas já realizadas deixou espaço para novas análises, existe um número elevado de parlamentares que se definem enquanto políticos. Sendo assim, um dos objetivos da pesquisa é rastrear especificamente as candidaturas que se definiram “político” em sua profissão no banco de dados do TSE de 2014, verificando se nas eleições de 1998, 2002, 2004 ou 2010 existiu alguma indicação a outra profissão por parte destes políticos específicos.

Para alcançar o objetivo geral algumas etapas serão seguidas, os objetivos específicos são:

- Analisar o banco de dados de candidaturas do TSE dos anos eleitorais de 2014, 2010, 2006, 2002 e 1998.
- Montar um novo banco de dados com os candidatos que se declararam como políticos nas eleições de 2014.
- Analisar a carreira eleitoral desses candidatos selecionados em 2014, voltando até o ano eleitoral de 1998.
- Identificar os políticos que nunca declararam outra profissão além da de político;

1.2. JUSTIFICATIVA

É importante discutir o que significa essa auto definição de ser político, pois os estudos existentes dizem, em síntese, que o ser político tem um efeito forte na vitória e na carreira política, mas ninguém sabe o motivo, tal como no início do século já apontava Fabiano Santos:

Um balanço da produção acadêmica sobre partidos, eleições e representação política, realizado por Lima Jr., evidenciou a lacuna existente, de estudos sobre recrutamento parlamentar no Brasil. Em contraste com a expansão quantitativa e o adensamento teórico-metodológico nos trabalhos sobre a competição eleitoral e, mais recentemente, sobre os processos decisórios dentro do Legislativo, há uma escassez de pesquisas voltadas para uma reconstituição do perfil dos indivíduos que ocupam as cadeiras legislativas. (SANTOS, 2000, p. 14).

Existe uma escassez de pesquisas acerca dos parlamentares no que diz respeito ao seu perfil. É importante que pesquisas sejam desenvolvidas nessa área, e é isso que esse trabalho se propõe a fazer: entrar nesse campo de pesquisa que é muito vasto e por isso ainda tem muito o que ser explorado. Sendo assim, decidimos estudar o recrutamento político, e tentar entender como ele funciona.

2. CARREIRA ELEITORAL

Renato Monseff Perissinotto (2009) realizou pesquisa em que observou que as profissões dos candidatos possuem certa relevância no que diz respeito ao sucesso na vida política. Advogados, profissionais da área de comunicação e funcionários públicos sempre são citados nos estudos que concernem à elite política, contudo, não foram esses profissionais que tiveram a possibilidade de aumentar suas chances na candidatura. Médicos, engenheiros, economistas, e principalmente, produtores rurais foram os que conseguiram maior sucesso eleitoral para ingressar na Câmara dos deputados.

Outro fato interessante que o mesmo observou em sua pesquisa foi que os candidatos que possuem nível superior têm pelo menos o dobro de chances de serem eleitos comparados ao que não possuem esse título. Além disso, as carreiras, além da propriamente política, que os deputados possuem, interferem na escolha partidária de cada um. Sexo também é um dos filtros sociopolíticos existentes, a diferença é pequena, mas os partidos de esquerda e de centro possuem mais candidatas que os partidos de direita.

Os partidos de direita têm os maiores percentuais de advogados, comerciantes e trabalhadores da área de comunicação; os partidos de centro, os maiores percentuais de empresários, políticos profissionais, engenheiros, economistas e outras profissões com formação superior; os partidos de esquerda, os maiores percentuais entre bancários, professores de ensino superior, trabalhadores assalariados urbanos, médicos, funcionários públicos e trabalhadores da educação. No entanto, os dados indicam que nenhuma posição no espectro ideológico revela uma marca social inequívoca. O que encontramos, ao analisarmos os partidos de forma agregada, são tendências a uma posição social mais elevada nos partidos de direita e de centro e uma tendência a posições sociais médias e baixas nos partidos de esquerda. (PERISSINOTTO, 2009, página 312).

Em seu estudo, Perissinotto constatou que partidos de direita tendem a ter candidatos originários de classes sociais mais elevadas; os de esquerda e centro, candidatos com maior nível de escolaridade, e os partidos de esquerda, candidatos mais jovens. Um fato muito pertinente ao nosso estudo é que ao declarar-se político de profissão, os deputados tiveram impactos extremamente positivos com relação ao seu sucesso eleitoral. Depois de analisar os dados dos perfis dos candidatos de 2006, Perissinotto conclui que a representatividade social é muito baixa, tendo em vista que a maioria dos deputados eleitos naquele ano são homens com experiência política prévia.

A política possui algumas estruturas convencionais que foram sendo vividas ao longo dos anos. Entretanto, no que convém à carreira política, não existe uma homogeneidade de estratégias e interesses comum aos parlamentares. As carreiras dos deputados são bem diferentes, e as diferenças já começam antes mesmo da carreira em si ter início.

A experiência prévia dos deputados que ingressam em primeiro mandato na Câmara dos Deputados a cada legislatura permite dimensionar o *background* disponível e a permissividade existente no recrutamento parlamentar. A parcela de representantes que chegam à Câmara após uma longa carreira prévia vem registrando acentuado declínio, caindo de 30,4 por cento em 1946 para 21,8 em 1986, e passando para apenas 9,6 por cento em 1994. Tendência oposta se verifica entre os *outsiders*, que conquistam sua cadeira após breve tempo, não superior a quatro anos de atividade política: metade dos novos deputados nas três últimas legislaturas está nessa condição. (MARENCO, 1997).

Luis Felipe Miguel, já em 2003, falava que era possível detectar uma crise do sentimento de estar representado. O representante, o representado, o processo e a substância representacional, que seria aquilo que os representados esperam que os representantes defendam, são elementos fundamentais da representação política. Através do sufrágio universal os cidadãos têm a oportunidade de escolher seus representantes no que diz respeito às decisões políticas. Entretanto, defende-se que esse modelo é falho, porque mesmo podendo escolher seus representantes, há uma minoria que está tomando as decisões políticas. Não existe simplesmente uma elite no poder, mas sim diversos mecanismos que concedem privilégios a alguns grupos sociais, como empresários e industriais, latifundiários e chefes sindicalistas. Sendo assim, os representantes políticos acabariam seguindo um perfil, vindo das mesmas faculdades, e, muitas vezes, trilhando um mesmo caminho para chegar ao poder político.

Silva (2002), em pesquisa, constatou que mesmo que venham de trajetórias individuais diferentes, os parlamentares que foram um grupo profissional-ocupacional apresentam ideias e visões de mundo que podem convergir com a ocupação que exercem, e também do status do *modus vivendi*. Sendo assim, Silva tem a hipótese de que um grupo sócio-ocupacional dominante é capaz de definir interesses e impor os mesmos aos demais, pois os parlamentares acabam optando por escolher um partido que compartilhe de ideias parecias às que eles próprios possuem, e isso tem muito a ver com seu *modus vivendi*.

Novamente sobre a interpretação de Miguel, o modelo representativo precisa levar em consideração alguns pontos específicos para que se torne mais inclusivo. As questões que formulam a agenda são pauta importante nesse processo, pois os representantes devem estar atentos às demandas das massas para que possam melhor atendê-las; o acesso aos meios de comunicação, porque é através das ferramentas que serão disponibilizadas para comunicação que existirá um contato entre representantes e representados, o desempenho desse diálogo irá depender da qualidade dessas ferramentas; e as esferas de produção de interesses coletivos, afinal, uma das características da democracia é fazer com que os interesses da sociedade sejam alcançados.

O governo trabalha para que os interesses públicos sejam alcançados, afinal, no governo estão os representantes do povo, sendo assim, esses atores públicos trabalham para que os interesses dos seus representados sejam atendidos. Os interesses da sociedade são promovidos em meio à atividade de governo através da promoção de políticas públicas.

As políticas públicas são *outputs* resultantes das atividades políticas. Uma política pública é diferente de uma decisão política. Uma política pública envolve mais do que uma decisão, existe um processo para que sua criação seja possível. Uma política pública é resultado da união da visão de diferentes atores que trabalham juntos para conseguir um projeto final.

Como uma política pública é resultado da visão e tomada de decisão de várias pessoas, os parlamentares que estão no poder interferem diretamente na criação de políticas públicas. A representação parlamentar interfere em quais assuntos terão preferência para a criação desses projetos, pois um advogado tem uma leitura de mundo diferente de um professor, sendo assim, os dois terão prioridades diferentes no quesito política e criação de políticas públicas.

Além dos *outputs* que são os resultados do sistema político, existem também os *inputs*, que são demandas que chegam ao campo político, e os *withinputs*, que são demandas provenientes do interior do sistema político. Existem demandas chegando de todos os lugares, e são os atores públicos juntamente com os atores políticos que vão decidir quais dessas demandas serão atendidas, ou colocadas em espera, ou simplesmente ignoradas. As eleições são muito importantes exatamente por isso, os representantes possuem perfis diferentes, e por terem perfis diferentes terão visões de mundo diferentes, isso pode influenciar na formulação

de políticas públicas. A discussão sobre a seleção de representantes é importante para compreender os perfis de quem efetivamente participa da tomada de decisão, pois esses atores são as pessoas que farão políticas públicas para o povo, e a criação de políticas públicas é concretização das demandas do povo.

Os federalistas acreditavam que as eleições são processos de seleção, onde apenas os indivíduos capacitados para exercer um cargo político podiam participar; e democracia é a igualdade entre todos os cidadãos. Sendo assim, seguindo a lógica dos federalistas, essas ideias não podiam ser complementares, já que eram paralelas uma à outra. De certa forma, os federalistas tinham razão, os cidadãos comuns apenas escolhem a partir do que os partidos políticos oferecem. Não cabe ao cidadão comum decidir quem pode ou não pode ser eleito, isso é tarefa do partido político. Os partidos são intermediários da representação, de tal forma que por causa deles, a representação sempre possui pelo menos duas dimensões.

Quando dizemos que os eleitores “escolhem” seus representantes, estamos utilizando uma linguagem muito inexata. A verdade é que o representante se faz escolher pelo eleitor [...]. Para que seu voto tenha de fato alguma eficácia [...], cada eleitor é forçado a limitar sua escolha a um leque muito estreito, em outras palavras, a escolher entre duas ou três pessoas que tem alguma chance de vencer, e os únicos que tem alguma chance de vencer são aqueles cujas candidaturas são apoiadas por grupos, por comitês, por minorias organizadas (MOSCA, 1939, página 301).

De certa forma, nos submetemos à vontade dessa minoria que nos dirige. Devido à existência de todo um conjunto de acordos e regras, além da estrutura decorrente de outros setores, o governo, que é composto por um número limitado de parlamentares, legisla e toma decisões para que toda a população obedeça.

Para Rennó (2003) os deputados federais possuem cinco escolhas principais de carreira política: “retirar-se do jogo político (aposentar-se); concorrer a um cargo legislativo estadual (ambiçã regressiva); concorrer à reeleição (ambiçã estática); e concorrer a cargos mais altos (ambiçã progressiva)”.

Em sua pesquisa, juntamente com Pereira e Leoni, Rennó percebeu que a maioria dos deputados federais brasileiros concorrem à reeleição, isso demonstra uma ambiçã estática por parte desses parlamentares. De acordo com Samuels (2000) os deputados mais vulneráveis eleitoralmente, concorrem à reeleição, deixando que os mais capacitados concorram a postos mais altos.

As escolhas de carreira política no Brasil são fortemente orientadas pelos custos eleitorais de encarar eleições mais difíceis de vencer, tal como nos Estados Unidos, de acordo com a descrição de Rohde. Os deputados tentam concorrer a cargos mais altos somente quando sentem que possuem força eleitoral suficiente acumulada durante seus mandatos para encarar o risco de participar de uma disputa em que o número de votos necessários para vencer é muito maior do que o suficiente para se reeleger. O fato de que o tamanho do distrito, que é um *proxy* do nível de competição nesse distrito, diminui a probabilidade de concorrer a um cargo mais alto indica que os deputados baseiam suas decisões relativas à carreira em avaliações do ambiente eleitoral, e isso é válido até mesmo para os mais competentes. (RENNÓ, 2003).

A priori era para a Câmara dos Deputados ser um *locus* que atrai políticos mais eficientes. Rennó acredita que a decisão estratégica que os deputados federais adotam para decidir qual cargo irão concorrer nas próximas eleições tem como principal orientação uma auto-avaliação do desempenho no cargo atual e das chances de lograr êxito nas eleições. Sendo assim, não olha-se apenas as características do cargo que se almeja, mas é feita uma avaliação para não dar nenhum passo em falso.

2.1. RECRUTAMENTO POLÍTICO

De acordo com André Marengo e Miguel Serna (2007), deputados são motivados por ambição estática ou progressiva, sugere-se que os padrões são homogêneos, mas em seu estudo eles descobriram que alguns fatores são muito influenciadores no que se refere à carreira eleitoral. Os fatores são: mobilização de recursos políticos eleitorais e diferenças na seleção partidária. Existe uma articulação entre esses dois fatores que resultam em várias diferenças no recrutamento legislativo e na carreira política. O perfil social e os recursos individuais de cada candidato interferem na sua carreira eleitoral.

Na pesquisa de Marengo e Serna (2007), eles constataram que os partidos que são mais conservadores recrutam basicamente profissões universitárias liberais, categorias que atuam na administração e controle de empresas, comércio e produção agro-industrial. Já os partidos de esquerda, como o PT, possuem uma base formada de pessoas que possuem instrução nas áreas de economia, formação humanista e classes trabalhadoras.

Além disso, cinco tipos de profissões se destacaram em meio à pesquisa, e eles formaram cinco grupos de análise de acordo com as distintas posições sociais às quais essas

profissões eram vinculadas: Predominam as profissões jurídicas, médicas, tecnológicas e agrárias, que são as universitárias liberais, totalizando 42% no recrutamento parlamentar. O segundo grupo possui suas profissões relacionadas ao capital e a produção, eles representam 18% dos parlamentares. O terceiro e o quarto grupo possuem pessoas pertencentes à classe média, sendo algumas profissões ligadas à educação, comunicação e ciências humanas, e as do quarto grupo são ligadas aos funcionários públicos. O terceiro grupo representa 17% dos parlamentares e o quarto 10%. Por fim, o último grupo é o da classe trabalhadora, e ficam com a menor representação dos parlamentares, 7% dos deputados.

Um padrão de recrutamento político foi encontrado na pesquisa de Marengo e Serna (2014), a partir da abordagem comparativa da profissão de origem dos parlamentares. Dependendo da ideologia dos blocos políticos, o tipo de recrutamento pode mudar. Os partidos de esquerda, por exemplo, costumam possuir entre seus membros profissionais de formação humanista, economistas, vindos da classe média e da classe trabalhadora.

De acordo com Marengo e Serna, existem dois tipos de recrutamento partidário:

De um lado, haveria um padrão de recrutamento mais “pluralista”, que se basearia, predominantemente, no setor público, na classe média assalariada, nos sindicalistas, nas lideranças associativas e de movimentos sociais, e que seria característico dos partidos mais à esquerda do contínuo ideológico. A esse padrão de recrutamento corresponderia um tipo de carreira mais endógeno – por ser mais dependente da estrutura organizacional partidária e associativa. No extremo oposto, estaria outro padrão de recrutamento: mais elitista e tradicional, alicerçado, predominantemente, sobre os proprietários e profissionais liberais, dotados de recursos materiais e reputação personalizada, que caracterizaria os partidos mais à direita no contínuo ideológico ou – para usar a terminologia dos autores – os partidos mais conservadores. Por consequência, o padrão de carreira desse tipo de recrutamento, menos dependente da estrutura organizacional dos partidos, seria mais lateral, descontínuo e com menor lealdade à filiação partidária. (Marengo, 2007, p. 93-94).

A divisão entre direita e esquerda no que se refere ao recrutamento político, existe. Na política as ideologias são cruciais, pois é com base nelas que cada parlamentar e integrante do campo político irão agir, ponderar, tomar decisões e fazer juízos de valor. O que pode ser imprescindível para um liberal, às vezes não é tão importante assim para alguém que defenda as ideias da esquerda. É assim que blocos políticos e partidos são formados, é assim que toda nossa sociedade interage, nos aproximamos de quem tem ideias e objetivos mais parecidos com os nossos e formamos grupos.

Na pesquisa de Marengo e Serna (2007), dois tipos básicos de perfis sociais: entre os parlamentares de esquerda, observa-se um caráter mais pluralista e inclusivo, e as profissões, em grande parte, estão associadas à classe média, como professores, funcionários públicos e profissionais das ciências humanas, além dos assalariados e integrantes das camadas populares. Por outro lado, nos partidos conservadores a visão é mais tradicional, começando pelos profissionais que são, em grande maioria, recrutados, profissionais mais de carreira mais liberal, ligados ao mundo empresarial e da produção, sendo assim uma classe social mais elitista tomando como ângulo uma perspectiva social e profissional.

Dessa forma, os tipos básicos de perfis sociais acabam influenciando os tipos de carreira política, e dois modelos foram identificados na mesma pesquisa citada no parágrafo anterior. Os dois tipos levam em consideração os recursos organizacionais. Os tradicionais possuem carreiras mais laterais, tendo sua base em estruturas organizativas mais flexíveis, com políticos de trajetória iniciada mais tardiamente. Os capitais sociais individuais dos candidatos contam mais para esses partidos conservadores do que o capital associativo. Do outro lado, os recursos coletivos têm prioridade na hora de obter capital social e político, valorizando as redes sociais de apoio; as trajetórias dos candidatos são mais longas, muitas vezes esses políticos possuem vínculos com sindicatos e grêmios estudantis.

Reputação pessoal, experiência política, disponibilidade de recursos são atributos que permitem ao político alcançar suporte material, apoio e votos, isso impulsiona muito as carreiras. Detendo recursos próprios, os candidatos dependem menos do aval partidário. Dessa forma, os candidatos com pouca ou nenhuma experiência política conseguem a chance de ingressar nessa corrida eleitoral, pois seus recursos pessoais são convertidos em suporte.

Por outro lado, os candidatos que não possuem esses recursos sociais e materiais dependem da organização partidária para terem uma chance de serem recrutados e ingressarem na carreira política, percorrendo a maioria das etapas da trajetória política e levando, conseqüentemente, mais tempo para ascender dos primeiros postos até às posições nacionais do que um candidato que possui recursos materiais e sociais próprios. De acordo com Marengo (2007) “esses candidatos são impelidos a trajetórias institucionais partidárias e à formação de lealdade organizacional com as legendas responsáveis por seu ingresso e sua mobilidade na carreira pública”.

2.2. TRAJETÓRIA POLÍTICA

Segundo Miguel (2003), os políticos atribuem pesos diferenciados aos cargos, no jogo político existem os cargos de mais poder e prestígio, sendo assim, esses cargos são os mais visados pelos parlamentares. Dessa forma, é possível dizer que o campo político possui estrutura piramidal e existe uma hierarquia, onde quem está na base deseja ascender ao topo. Além da ambição pessoal, outro fator que pode influenciar na trajetória política é o capital político, um conceito extraído da Sociologia de Bourdieu, o capital político indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente.

Nunes (1978) levanta um ponto importante em um de seus artigos, acreditava-se que a eficiência técnica era imprescindível para que pudesse se ocupar um cargo de prestígio no poder Executivo, mas observou-se que depois de 1964 isso começou a mudar, e a competência técnica deu lugar à experiência na máquina burocrática do governo como requisito mais relevante. O legislativo passou a ser um canal de acesso aos postos executivos.

Além da intrínseca importância destes postos, deve-se admitir que governadores e ministros representam adequadamente um contingente a que se pode chamar de “elite política”, não só pela importância histórica – no que toca aos governadores – dos estados na política nacional, ademais do escasso número de governorias disponíveis em relação ao tamanho da “comunidade política brasileira” e da variedade de grupos políticos e econômicos regionais relevantes, como também, no que se refere aos ministros, além das razões de escassez do número de cargos e da importância intrínseca do posto, pela importante presença do Governo Federal na vida da nação após 1964. (NUNES, 1978, p.54).

Segundo Nunes (1978) o poder Legislativo é um ótimo socializador de elites políticas, pois os políticos acabam aprendendo as normas do mundo político, existem relações próprias entre os diferentes grupos de interesse, classes sociais e cada um dos blocos organizacionais existentes dentro desse universo à parte. As pessoas públicas ao entrarem nesse universo precisam aprender a lidar com esses diferentes grupos, os que aperfeiçoam melhor suas habilidades de comunicação com esses grupos acabam se destacando e ascendendo mais rápido em sua trajetória política. A incorporação das regras do campo político é o que Bourdieu chamam de *habitus*, quando os agentes passam a agir conforme o que o meio sugere.

Quando esses indivíduos se colocam como políticos a administração pública se encontra comprometida, pois um advogado vai ler uma situação diferente do jeito que um médico leria, e diferentemente do que um político leria. Construções de projetos de lei e políticas públicas são comprometidos a partir da visão de quem está responsável por liderar a elaboração de um projeto.

Em sua célebre análise das instituições políticas dos Estados Unidos, publicada na primeira metade do século XIX, Tocqueville observou consequências do fato de que os cargos públicos são ocupados por mandatos curtos, em disputas abertas a todos: "Entre os povos nos quais o princípio da eleição estende-se a tudo, não há, propriamente falando, uma carreira pública. Os homens, de certa forma, só chegam às funções por acaso e não têm nenhuma segurança de que se manterão nelas". A observação talvez valesse para a época em que o escritor francês viajou pelos Estados Unidos. Hoje, porém, o preenchimento dos cargos por meio eleitoral convive com uma carreira que, embora informal, limita e molda as trajetórias dos agentes políticos. A hierarquização assim promovida contribui para minorar a incerteza e a ausência de *expertise* geradas pela ocupação eletiva e temporária das funções de governo. (MIGUEL, 2003).

Hoje pode-se estabelecer uma estrutura de carreira política no Brasil, existe uma hierarquia entre os cargos, principalmente no que diz respeito à prestígio e poder. A carreira política não é necessariamente rígida, pois existem muitos fatores em jogo, além dos interesses pessoais de cada um. Mesmo que os ocupantes de cargo público possuam ambição em progredir, não trata-se simplesmente de ir caminhando em direção ao topo sem hesitar, o mundo político é melindroso, e muitas vezes é preciso recuar para depois seguir.

Além do mais, a carreira política é muito incerta. Se acontece uma mudança no clima político e as opiniões de determinados agente mudam, isso pode beneficiar ou atrapalhar os atores, quando isso acontece, até outsiders podem acabar conseguindo seus objetivos que antes poderiam ser considerados inatingíveis.

No Brasil, aconteceu algo que desorganizou a trajetória política: a ditadura militar, que durou de 1964 até 1985, sendo assim, muitas lideranças políticas foram interrompidas, além do capital político que foi desorganizado e fontes alternativas tiveram que ser geradas. A experiência democrática é recente. De qualquer forma, o jogo político brasileiro possui carreira hierarquizada. Poder Legislativo e Executivo se misturam nessa trajetória política. O Executivo entra com as características de popularidade para prosseguir na carreira, e o Legislativo entra com a parte de socialização e reconhecimento dos pares, combinando ambas as experiências nos dois poderes é possível gerar carreiras melhor equilibradas.

Os diferentes agentes disputam o acesso às posições dominantes dentro do campo, buscando valorizar seus atributos distintivos, em detrimentos daqueles associados a seus concorrentes. Essa luta faz com que esteja em jogo, permanentemente, a estrutura do próprio campo. Cada campo "é um campo de forças dotado de uma estrutura, e também um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças" (BOURDIEU, 2001, p. 69).

Para tratar de trajetória política é importante entender o conceito de campo político, que segundo Bourdieu é "o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de 'consumidores', devem escolher". (Bourdieu, 1989, p.164). Os campos desejam ser autônomos, criando suas próprias regras e objetivos, estes refletem, em grande parte, o perfil daqueles que participam desse campo, no campo político, seus participantes irão buscar o poder político.

Capital político e simbólico são muito importantes na trajetória política. Capital simbólico é um conceito de Pierre Bourdieu, que visa unificar os conceitos de capital financeiro, capital cultural e capital social. Sendo assim, quem possui capital simbólico, possui poder social. Capital político não deixa de ser uma forma de capital simbólico, pois a popularidade entre os pares faz parte do capital político. Votos e popularidade são fatores chaves na trajetória política, em alguns momentos, de uma forma ou outra, eles serão necessários.

O capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico: o reconhecimento da legitimidade daquele indivíduo para agir na política. Ele baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (que dispõe do ócio necessário à prática política). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide, temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são *reconhecidos* como representantes dos diversos segmentos sociais. Uma importante categoria intermediária é formada pelos "analistas políticos", presentes na mídia, que interpretam o jogo político para os leigos. (MIGUEL, 2003).

Para Bourdieu, capital vai muito além de economia, em sua Sociologia capital funciona como um crédito social. A credibilidade do capital depende do reconhecimento que as pessoas atribuem ao mesmo. De acordo com Miguel, é possível dividir o capital político em três categorias: Capital delegado, capital convertido e capital heroico. O capital delegado é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido pela instituição e passado

para os agentes. No caso dos políticos, eles são depositários de um capital que pertence ao partido. O convertido acontece quando um agente já possui popularidade em outras áreas e as transfere para a política, e o capital heroico está dentro do convertido, é quando o ator acumula prestígio durante sua vida.

De acordo com Miguel (2003) a partir dessas três definições de capital, duas trajetórias políticas ideal-típicas podem ser descritas: a carreira do tipo capital delegado, e a carreira do tipo capital convertido. A carreira do tipo capital delegado é aquela em que o ator começa pelo cargo mais baixo e vai ascendendo, mas antes mesmo de começar na vida política esse ator já deveria possuir prestígio em alguma coisa área. Na carreira do tipo capital convertido, o político possui um grande capital não-político e tenta convertê-lo a fim de obter vantagem na trajetória política.

A Câmara dos Deputados é um divisor de águas na trajetória política, é onde política local e política nacional convivem. Como os deputados federais são escolhidos através do sistema de representação proporcional com listas partidárias abertas, existe muita competição interna nos partidos. Além disso, coligações são formadas devido a esse sistema eleitoral.

As características do sistema eleitoral, aliadas a outros fatores de ordem institucional (como a ausência de regras de fidelidade partidária no Congresso) e cultural (fraco enraizamento dos partidos no eleitorado), levam ao enfraquecimento das organizações partidárias, o que possui conseqüências importantes do ponto de vista das formas de acumulação de capital político. O domínio da máquina partidária *não* garante o sucesso eleitoral, como ocorreria no caso de listas fechadas, já que está sempre presente o desafio lançado por candidatos que se utilizam de redes alternativas de apoio político. (MIGUEL, 2003).

Essas duas características: sistema eleitoral brasileiro e fragilidade do sistema partidário, explicam o alto índice de renovação na câmara federal. O número de novatos em cada legislatura é sempre grande. Dentre os principais partidos, o Partido dos Trabalhadores (PT) é o que possui uma organização interna mais estável, e a marca partidária mais forte. Em comparação com os outros partidos, o PT é o que apresenta o menor número de novatos.

Ao analisar os dados em sua pesquisa, Miguel (2003) constatou que os novos deputados federais não cumpriram mandatos prévios em câmaras de vereadores, assembleias legislativas estaduais, cargos do Poder Executivo ou até mesmo funções da administração

pública, gerando uma preocupação quanto à experiência na prática legislativa, além de da socialização entre seus pares.

Além da falta de experiência, esses novos deputados não acumularam capital político do tipo delegado, pois vários cargos presentes no Poder Executivo, na administração pública e no Poder Legislativo fornecem esse tipo de capital político mencionado; colocando seus ocupantes em posições que garantem acesso a recursos de poder, visibilidade social e a possibilidade de formar redes de apoio partidário.

A ausência de experiência prévia entre os deputados novatos no Brasil não é, comparativamente, tão alta. Os números variam de acordo com a codificação adotada, mas é possível estimar que um quarto dos deputados estadunidenses chegam à Câmara dos Representantes sem passagem anterior por outros cargos públicos. O diferencial está no altíssimo índice de reeleição nos Estados Unidos, propiciado pelo sistema de eleição majoritária, alcançando mais de 95% no final dos anos 1980 (CANON, 1990, p. 157). Com isso, a presença dos amadores no Congresso é minimizada, o que não ocorre no Brasil. Mas cabe observar que o amadorismo não é um mal por definição; pode ser um fator importante de arejamento da elite política. (MIGUEL, 2003).

2.3 POLÍTICOS DE PROFISSÃO

Max Weber em “A política como vocação” trata sobre os incentivos para o surgimento de políticos profissionais. Weber compreende como “política” qualquer tipo de liderança independente em ação, e nesse texto, liderança exercida por associações políticas e o Estado. Weber acredita que a possibilidade de recurso à violência por parte do Estado produz incentivos para que as pessoas sejam obedientes, de tal forma que essa violência é legítima, por ser um acordo social em um contexto no qual não há enfrentamentos diretos contra este arranjo.

No Estado moderno de Weber é onde surgem os políticos profissionais. Esse Estado moderno é tem como uma de suas características a burocracia estatal, o poder é centralizado, onde os dirigentes possuem poder para realizar a gestão do Estado. Os políticos profissionais surgem devido à necessidade de profissionalização decorrente do processo de modernização das atividades do Estado.

Existem dois tipos principais de políticos: os que vivem para a política e os que vivem da política. Os que vivem da política são os políticos que não possuem recursos

financeiros para sua subsistência além dos que são provenientes da atuação política. Sendo assim, esses políticos não agem de forma desinteressada, pois os problemas do cotidiano acabam interferindo em seu trabalho, já que eles precisam da política para sobreviver. Já o político que vive para a política não se coloca diante destes dilemas, pois não precisaria abdicar da promoção de ideias em troca de recursos financeiros.

Para Weber existem duas éticas que impactam na política, ética da convicção e ética da responsabilidade. A ética da convicção acontece quando o político se mobiliza em torno de suas crenças, se recusando a agir de forma contrária a esses valores. Já quando o político faz uso da ética de responsabilidade ele age a partir da ponderação sobre os efeitos que podem se desencadear de sua ação, havendo uma tendência à ponderação antes do agir. Para Weber um político de vocação precisa balancear estes dois princípios éticos, pois deve se responsabilizar perante seus representados, contudo deve ser guiado pelas paixões decorrentes das convicções que o direcionaram para a posição política na qual se encontra.

Weber define o partido político moderno como uma empresa de interesses. Entre os políticos profissionais, destaca os empresários políticos e o político carismático. Os políticos empresários seguem o estilo *boss* norte-americano, um gerente capitalista, alguém capaz de trazer dinheiro, ou próprio, ou de investidores para o partido. O político carismático usa de seu carisma para fazer seguidores, é ele quem se coloca a frente do partido, convencendo e mobilizando as pessoas. Isso denota o potencial de localizar profissões diretamente ligadas à atividade empresarial e atividades ligadas ao tratamento com o público, como possuindo um potencial para o recrutamento político.

No intuito de buscar identificar os padrões acerca dos perfis dos políticos profissionais brasileiros, foi realizada uma análise descritiva da apresentação de candidaturas. O banco de dados foi criado usando os dados de candidaturas presente no site do Tribunal Superior Eleitoral. Nesse banco de dados sobre as candidaturas estão presentes informações sobre o perfil dos candidatos, como sexo, raça, idade, partido, estado civil, educação, entre outras informações. Esses bancos de dados sobre as candidaturas estão divididos no site do TSE por ano de eleição.

Para montar o banco de dados que foi utilizado nessa pesquisa uma conjuntura dos anos eleitorais de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014 foi criada. Foi necessário unificar esses dados e manipulá-los. Pegamos os dados presentes no site do TSE no que diz respeito às candidaturas dos deputados federais, todos aqueles que se candidataram em ano eleitoral, e

juntamos os anos eleitorais listados acima para criar um novo banco de dados onde essas informações sobre as candidaturas estariam juntas.

Essas informações não se referem ao banco do total de candidatos e nem ao banco do número total de eleitos, mas sim aos candidatos que se declararam como políticos em 2014. Foram selecionados apenas os candidatos que se auto declararam como políticos em 2014, que ao todo são 641 casos. A partir desse candidatos selecionados que as análises foram sendo desenvolvidas. Com todas as informações juntas em um único banco de dados foi possível desenvolver as análises da pesquisa.

Através da análise de painel, foi constatado que 294 candidatos dos 641 políticos auto-declarados que estão concorrendo como deputados em 2014 já declararam outra profissão em algum momento de sua carreira política. Alguns, inclusive, já chegaram a concorrer em ano eleitoral indicando sua ocupação como sendo político, e no ano eleitoral seguinte declararam uma ocupação diferente.

Esses dados nos mostram que muitos dos candidatos, mais da metade, simplesmente já concorrem à sua primeira eleição indicando sua profissão como sendo político. Eles podem ser as raposas que Marengo fala que estão em ascensão no mundo político.

Os dados mostraram que não há tantos candidatos em 2014 que se identificam como políticos nas eleições anteriores, a maior parte deles sequer concorre. São pessoas então que caem de para quedas em 2014 já como políticos. São candidatos que estão vindo como políticos de outros espaços, não necessariamente de concorrer anteriormente à câmara dos deputados, e vindo como deputados estaduais, vereadores e até mesmo senadores. São raposas e outsiders (Marengo, 1997).

Na visão de Marengo, as raposas são tanto os candidatos que estão tentando reeleição quanto as pessoas com uma trajetória política anterior, o outsider é diferente, ele não tem carreira política em nada, não estamos tratando dele na análise dos dados.

Estamos lidando com as raposas, e como elas se localizam. Existem pessoas que já estão concorrendo a mais tempo e possuem uma história política, pessoas que têm uma carreira mais estabelecida na disputa pela câmara dos deputados, não quer dizer que são os eleitos, mas já fazem uma sequência de eleições anteriores, disputando esse espaço.

O exame das biografias de parlamentares permitiu identificar os traços característicos dos indivíduos que se revelaram aptos para sobreviver à seleção do mercado político. Expressivas taxas de renovação têm ampliado as oportunidades para o ingresso de candidatos estranhos ao campo político, dotados de escassa experiência pública e precários vínculos partidários. Este é o ângulo mais sugestivo oferecido pela renovação parlamentar, revelador de uma intermitente erosão no campo político. (Marenco, 1997).

O número de políticos de profissão é bem elevado, 347 candidatos já surgem nas eleições federais como políticos. Eles não exercem outra ocupação, de uma área diferente, tentam a política e aí ganham alguma experiência e passam a viver para isso, eles já são políticos de profissão.

De acordo com Marenco, uma das faces do tipo-ideal de homem político profissional possui carreira precoce e treinamento específico.

O dilema do político profissional é que, sendo eleito, não pode se mostrar diferente da maioria de seus constituintes. Mas, ao mesmo tempo, não deve ser tão igual que não possa justificar sua condição de *viver da política* e reclamar para si a delegação e a confiança de seus eleitores. É preciso ser mais igual, sendo reconhecido como portador de uma competência específica, uma inclinação vocacional que o torna — e somente a ele — apto a transitar na esfera política. A atividade profissional pode contribuir, na medida em que facilite a familiaridade com a retórica e com uma linguagem especificamente política, ofereça um capital de relações firmadas no exercício profissional e a imagem do homem hábil, capaz de se mover com desenvoltura no cipoal de leis, acordos, negociações e órgãos da administração pública. (MARENCO, 1997).

Tabela 9. Ocupação profissional dos candidatos auto-declarados como políticos em 2014, por ocupação declarada em 2010 e por número de vezes em que se declarou como político em eleições anteriores.

Ocupação 2010	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Político		74,4%	88,9%	85,0%		54,7%
Advogado	11,5%	2,6%				4,7%
Profissional Liberal	21,2%	4,3%	1,4%			8,8%
Empresário	13,5%	0,9%	1,4%			5,0%
Professor	6,7%	1,7%				2,8%
Servidor	13,5%	2,6%	2,8%			5,9%
Outros	33,7%	13,7%	5,6%	15,0%		18,1%

Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
-------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Nessa tabela, o 00 representa as pessoas que concorreram em 2014 e se identificaram enquanto político, e que em 2014 foi a primeira vez que se identificaram como políticos, e quando elas concorreram em 2010 elas escolheram essas profissões listadas na tabela para declararem como sua ocupação.

74,4% que estão concorrendo em 2014 como político, já se identificaram pelo menos 1 vez como político em eleições anteriores, 88,9% se identificaram 2 vezes como político, dos candidatos que concorreram em 2014 e em 3 eleições anteriores, 85,0% se declararam como políticos, e todos que concorreram em 2014 e em mais 4 eleições anteriores se definiram como políticos.

Não há uma explicação forte sobre a variação do perfil socioprofissional das pessoas que se identificam como político. Pode se afirmar que a declaração de profissão enquanto político, na grande maioria dos casos, se refere a casos em que o candidato já se apresentou em eleições anteriormente. Contudo, ao se observar a variação entre a porcentagem de candidatos que se apresentam na disputa sem se identificar como políticos nenhuma vez e o valor relativo a se apresentar como político ao menos uma vez, é perceptível uma variação significativa. Enquanto 13% das candidaturas de quem nunca havia se nomeado como político era composta por empresários, a categoria seguinte, quando se apresenta pelo uma vez como político, se reduz para 0,9%. No caso de advogados, a diferença entre as taxas apesar de menor é muito forte: de 11,5% para 2,6%. Se compararmos com a categoria “Outros”, observa-se uma redução de 33,7% para 13,7%. Isso permite evidenciar que algumas profissões tem maior permeabilidade à política, neste caso, seguindo a literatura, é necessário destacar empresários e advogados.

3. OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

O sentido e objetivo da pesquisa é descrever como os candidatos se apresentam, e em que momento (se é que esse momento existe) eles fazem a transição para políticos. Se na primeira eleição que esses candidatos surgem eles já se apresentam como políticos, ou se tornam com o passar do tempo, se já possuem uma vivência anterior, se são pessoas dedicadas à política.

De acordo com Rodrigues (2009) a vida política vem sofrendo uma massificação nas sociedades ocidentais, a consolidação das democracias contribuiu para esse aumento, a atividade política passou por uma profissionalização e as elites perderam um pouco do domínio que possuíam sobre o mundo político, Rodrigues chama esse fenômeno de “popularização da classe política”.

Apesar dessa popularização da classe política, esse meio ainda é dominado por algumas profissões, então nem sempre alguém de certo extrato social ou categoria socioprofissional terá alguém de seu grupo os representando na política.

Em outros termos: algumas categorias sócio-profissionais não conseguem fazer-se representar por pessoas saídas do próprio meio e também não é seguro que os que vêm de um dado meio social, profissional ou ocupacional, se comportem, quando eleitos e distantes de suas origens ou região, como “representantes” ou, ainda, que sejam melhores representantes do que outros, de outra origem social. (RODRIGUES, p.25, 2009).

Rodrigues (2009) fala em seu livro que muitas pessoas abandonam a profissão original para tentar a vida política, conhecida também como “vida pública”. Um detalhe importante é que, geralmente, essas pessoas foram instruídas e capacitadas através de educação ou treinamento profissional para suas carreiras originais, e entram crus na vida pública. O *homo politicus* é um ator social que surgiu recentemente, a princípio, ele é recrutado de todos os meios sociais, mas alguns possuem maiores índices de recrutamento do que outros.

Em sua pesquisa Rodrigues (2009) apresenta que empresários, profissionais liberais, funcionários do setor público e professores são os quatro grandes grupos que formam grande parte da classe política brasileira. O que esses quatro grupos possuem em comum é o horário de trabalho flexível, dessa forma é possível conciliar o trabalho com as necessidades

da vida política. Essas profissões também possibilitam um apoio corporativo mais acessível, o que é muito importante para os políticos que não possuem recursos próprios para financiar uma campanha.

Nessa pesquisa foi criado um banco de dados a partir das informações presentes no site do Tribunal Superior Eleitoral. O banco de dados possui 641 casos, todos esses casos se auto-declararam como políticos na eleição de 2014. A partir desses casos de 2014 voltou-se até as eleições de 1998 verificando a trajetória eleitoral desses 641 candidatos. As categorias usadas na análise são as seguintes: político, número de candidaturas como político, advogado, profissional liberal, empresário, professor, servidor, outros, raça, ideologia e região.

A categoria político é composta por deputados, senadores e vereadores, pessoas que já ocupavam ou ocuparam um cargo político em algum momento. “Número de candidaturas como político” foi uma variável criada para apontar quantas vezes o candidato concorreu se auto-declarando político.

Na Tabela 1 estão indicados os dados de ocupação dos candidatos referente ao eleitoral em que declararam suas ocupações. Na coluna “Contagem” temos o valor absoluto e na “%” a porcentagem.

Tabela 1. Candidatos à deputado federal que se declararam como políticos, por declaração de ocupação nas eleições anteriores (1998-2010)

Ocupação 2010	Contagem	%
Político	175	54,7 %
Advogado	15	4,7%
Profissional Liberal	28	8,8%
Empresário	16	5,0%
Professor	9	2,8%
Servidor	19	5,9%
Outros	58	18,1%

Ocupação 2006	Contagem	%
Político	121	48,2 %
Advogado	16	6,4%
Profissional Liberal	33	13,1%
Empresário	20	8,0%
Professor	10	4,0%

Servidor	5	2,0%
Outros	46	18,3%

Ocupação 2002	Contagem	%
Político	62	32,6%
Advogado	12	6,3%
Profissional Liberal	27	14,2%
Empresário	15	7,9%
Professor	7	3,7%
Servidor	8	4,2%
Outros	59	31,1%

Ocupação 1998	Contagem	%
Político	30	23,1 %
Advogado	19	14,6%
Profissional Liberal	17	13,1%
Empresário	0	0,0%
Professor	5	3,8%
Servidor	3	2,3%
Outros	56	43,1%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2010

De acordo com a Tabela 1, ao passar dos anos os candidatos começam a se declarar mais e mais como políticos. A impressão que os dados deixam é de que há uma progressão no desenvolvimento dessa carreira. Uma das hipóteses que pode ser levantada é que alguns candidatos entram como não políticos, e em eleições futuras passam a declarar político como sua profissão. Nessa tabela, usamos valores absolutos e também porcentagem para possibilitar uma comparação entre as eleições mencionadas.

Em 1998 os advogados lideravam juntamente com os profissionais liberais as estatísticas de ocupação profissional, já em 2002 esse número cai bastante, de 14,6% advogados eles passam para 6,3%. Segundo Rodrigues (2009) “As eleições de 2002 para a câmara dos deputados (CD) puseram fim a um período de crescimento constante dos partidos considerados de “centro”, acentuaram os ganhos dos partidos de “esquerda” e aumentaram as perdas dos partidos de “direita”, que, aliás, vinham decaindo, nesse órgão legislativo, desde 1990.”. Essa queda no número de advogados pode ter a com a afirmação de Rodrigues.

A redução da categoria “Outros” é uma das questões mais interessantes. Isso implica que há um afastamento progressivo em relação a posições ocupacionais que tenham menor centralidade no campo político com o passar dos anos.

Na tabela 2 usamos uma variável chamada “válido”, ela mostra quantas vezes o candidato concorreu às eleições declarando sua ocupação como sendo político. Lembrando que o valor 00 representa aquele candidato que concorreu em 2014 a deputado federal se declarando como político, e nas eleições anteriores não declarou sua ocupação como sendo político. Dessa forma, válido 01 significa que o candidato se declarou como político uma vez, e assim por diante.

Tabela 2. Ocupação política dos candidatos às eleições, Brasil (1998-2014)

Válido	Frequência	Porcentagem
00	394	61,5%
01	141	22,0%
02	78	12,2%
03	21	3,3%
04	7	1,1%
Total	641	100%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Sendo assim a tabela 2 representa o número de vezes que um candidato específico se declarou como político em alguma eleição. A tabela mostra que 394 políticos que concorreram como políticos em 2014 não concorreram a nenhuma eleição anteriormente, é um número muito elevado. Podemos interpretar que muitos candidatos “novatos” estão entrando na política.

Por outro lado, apenas 141 candidatos se identificaram como políticos uma vez. Essa pré-disposição de se identificar como político não é uma coisa tão prevalente, na realidade não é qualquer pessoa que se coloca nessa posição. Analisando esses números a pergunta que surge é: o que significa ser político no Brasil?

Na literatura mais recente ser identificado como político implica um fato que explica muito sucesso eleitoral desses parlamentares, os candidatos que se identificam como tal tem algo em seu perfil que facilita com que esses sejam eleitos. Essas pessoas possuem algum diferencial em relação às outras, pois elas conseguem de fato participar da política, algumas até são eleitas, pois voltam a concorrer outra vez, e dessa vez como vereadores ou deputados.

Tabela 3. UF dos candidatos, Brasil (1998-2014)

SIGLA	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
UF						
AC	62,5%	25,0%	12,5%			100%
AL	50,0%	12,5%	25,0%	12,5%		100%
AM	38,5%	30,8%	23,1%	7,7%		100%
AP	63,6%	27,3%	9,1%			100%
BA	46,3%	26,8%	14,6%	12,2%		100%
CE	66,7%	16,7%	16,7%			100%
DF	50,0%	50,0%				100%
ES	66,7%	16,7%	16,7%			100%
GO	44,4%	44,4%	11,1%			100%
MA	70,8%	16,7%	12,5%			100%
MG	53,8%	27,7%	12,3%	4,6%	1,5%	100%
MS	68,8%	6,3%	25,0%			100%
MT	73,3%		20,0%	6,7%		100%
PA	56,0%	20,0%	16,0%	4,0%	4,0%	100%
PB	81,8%	9,1%	9,1%			100%
PE	54,5%	31,8%	9,1%		4,5%	100%
PI	77,8%	11,1%	11,1%			100%
PR	60,0%	14,3%	8,6%	11,4%	5,7%	100%
RJ	56,5%	27,4%	12,9%	1,6%	1,6%	100%
RN	72,7%	27,3%				100%
RO	75,0%	16,7%	8,3%			100%

RR	28,6%	57,1%	14,3%			100%
RS	72,5%	15,0%	10,0%	2,5%		100%
SC	52,6%	36,8%	5,3%	5,3%		100%
SE	80,0%	20,0%				100%
SP	70,9%	15,5%	10,9%	1,8%	0,9%	100%
TO	53,8%	30,8%	15,4%			100%
Total	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Nesses dados estão contabilizadas as candidaturas de 2010 até 1998, sendo que todos estão concorrendo às eleições de 2014. Podemos ver na tabela 3 que só possuímos políticos que se declararam como tais 5 vezes seguidas nos estados de Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. É um número muito baixo, e realizar uma análise estatística com tais valores não permite que muito seja revelado.

A tabela 4 é uma tabulação cruzada entre o partido e o número de candidaturas como político. Aqui podemos ver a relação entre os candidatos que auto declaram-se políticos e seus partidos. Como na tabela anterior, são poucos aqueles que se declaram 5 vezes como políticos. Apenas candidatos do PMDB, PSDB e PT chegaram a concorrer 5 vezes seguidas se declarando como políticos.

Tabela 4. Partido dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Sigla	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Partido						
DEM	63,3%	22,7%	13,6%			100%
PC do B	52,6%	31,6%	15,8%			100%
PDT	76,9%	11,5%	7,7%	3,8%		100%
PHS	90,9%	9,1%				100%
PMDB	49,3%	25,3%	18,7%	5,3%	1,3%	100%
PMN	80,0%	20,0%				100%
PP	57,1%	26,2%	14,3%	2,4%		100%

PPS	33,3%	33,3%	25,0%	8,3%		100%
PR	55,8%	32,6%	9,3%	2,3%		100%
PRB	66,7%	14,8%	18,5%			100%
PROS	71,4%	21,4%	3,6%		3,6%	100%
PRP	60,0%	40,0%				100%
PRTB	100,0%					100%
PSB	76,3%	2,6%	15,8%	5,3%		100%
PSC	57,1%	28,6%	7,1%		7,1%	100%
PSD	50,0%	30,0%	16,7%	3,3%		100%
PSDB	54,8%	28,6%	4,8%	7,1%	4,8%	100%
PSDC	66,7%	33,3%				100%
PSL	60,0%	40,0%				100%
PSOL	50,0%		50,0%			100%
PSTU	100,0%					100%
PT	56,6%	22,4%	14,5%	5,3%	1,3%	100%
PT do B	83,3%	8,3%	8,3%			100%
PTB	50,0%	21,9%	21,9%	6,3%		100%
PTC	100,0%					100%
PTN	75,0%	25,0%				100%
PV	68,4%	21,1%	5,3%	5,3%		100%
SD	79,5%	12,8%	5,1%		2,6%	100%
TOTAL	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

A observação dos dados evidenciou que é pulverizado de um tanto que a análise se perde se trabalharmos especificamente com os partidos. Trabalhar por regiões foi uma solução encontrada.

Tabela 5. Sexo dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Sexo	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Feminino	69,5%	17,1%	11,0%	1,2%	1,2%	100,0%
Masculino	60,3%	22,7%	12,3%	3,6%	1,1%	100,0%
Total	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100,0%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

O valor 0,00 são situações de pessoas que não se declaram como político em eleições anteriores, pessoas que se declaram como políticos nas eleições de 2014. 69,5% das mulheres se declaram como políticas nas eleições de 2014, e nas anteriores não se declaram como tal. A tabela está bem equilibrada, o que significa que o padrão seguido por homens e mulheres é bem parecida, não há uma disparidade entre as porcentagens, então não estamos falando de um padrão diferente. Não há uma diferença significativa entre homens e mulheres no que diz respeito à forma como declaram sua ocupação política, é o mesmo tipo de comportamento.

A variável “sexo” foi escolhida para fazer parte dos testes qui-quadrado porque existe uma desigualdade na política entre homens e mulheres. Os homens geralmente possuem vantagens sob as mulheres nas eleições, eles também são muito maiores em número, existem muito mais políticos homens do que mulheres. Como há uma desigualdade de acesso à política entre homens e mulheres seria possível imaginar que eles também se localizam de forma diferente quanto à ocupação. Talvez para os homens fosse mais fácil se declarar como político, da mesma forma que eles possuem um acesso mais fácil à política do que as mulheres.

Analisando os valores da tabela 5 é perceptível que homens e mulheres seguem uma conduta muito parecida quando decidem declarar-se ou não como políticos. O teste qui-quadrado¹ revelou que o coeficiente de Pearson desses dados não é suficiente para rejeitar a hipótese nula, evidenciando o mesmo padrão para homens e mulheres. Diferentes do que imaginamos, não existe diferença entre homens e mulheres quanto à ocupação, isso é um achado.

Outra categoria de perfil levada em consideração foi a raça, na tabela 6 foi feita uma tabulação cruzada entre a raça e o número de candidaturas como político para saber a relação que declarar-se político possui com a raça de cada um.

¹ As tabelas contendo esses testes estão presentes no anexo da pesquisa

Tabela 6. Raça dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Raça	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Amarela	100%					100,0%
Branca	59,6%	23,5%	12,3%	3,5%	1,1%	100,0%
Parda	66,4%	19,6%	10,5%	2,1%	1,4%	100,0%
Preta	63,4%	14,6%	17,1%	4,9%		100,0%
Total	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100,0%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Uma análise relevante que a tabela de dados nos traz é que candidatos que se declaram pretos não se declaram como políticos por quatro eleições seguidas, apesar de que na faixa de três mandatos os pretos têm até um valor mais elevado que os demais grupos. Percebe-se que há uma dificuldade de estabilidade e continuidade da carreira, são carreiras que tendem a ser mais recentes. Talvez exista um efeito de barreira, ou o que significa usar o termo político para a condição da sua carreira.

Pensamos que talvez a raça pudesse explicar o motivo de ser político, pois no campo político existe uma desigualdade racial. O perfil que predomina na câmara dos deputados é de homens brancos. Já que homens brancos possuem uma vantagem no momento de se elegerem, pensamos que também pudesse existir uma relação entre raça e a ocupação política, mas os dados mostram que não existe relação.

A seguir a tabela 7, com uma tabulação entre ideologia e número de candidaturas como político.

Tabela 7. Ideologia do partido dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Ideologia	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Esquerda	64,6%	17,7%	12,9%	4,3%	0,5%	100,0%
Centro	51,3%	26,5%	13,7%	6,0%	2,6%	100,0%
Direita	63,2%	23,2%	11,1%	1,6%	1,0%	100,0%
Total	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100,0%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Na tabela 7 o 00 significa que aquele candidato não possuía carreira política anterior, ou seja, não concorreu à outras eleições antes da de 2014. Percebe-se na tabela que a diferença entre esquerda e direita não é tão grande, talvez apenas quando analisamos os 4 mandatos. Quando vamos analisar aqueles que concorrem a 5 disputas, o centro é o único que tem uma relevância maior, então existe um viés partidário afetando.

Existe uma discussão em partidos políticos que inicialmente a partir da ideia de Maurice Duverger que acredita que os partidos possuem uma forte conexão com o eleitorado, a ideia de partido de massa. Os partidos acabam produzindo o interesse de um determinado grupo da sociedade porque eles se vinculam ao discurso que pertence a uma classe social. Partidos dos trabalhadores ou partidos cristãos vão representar e estar conectados com esses grupos especificamente, uma simbiose em termos de representação e promoção de interesses. Representação em termos de buscar votos e também de obter votos ao trazer políticas públicas direcionadas para aquele grupo.

Com o passar do tempo o perfil dos partidos foi mudando, e na década de 70 foi identificada uma forma de partido chamada de *catch al* ou partido ônibus, que são partidos voltados para a disputa eleitoral. Eles não buscam a realização do interesse de uma classe, mas ele busca aumentar a quantidade de votos. Sendo assim, esses partidos tentam não se apoiar em discursos ideológicos muito fortes e muito arraigados em um dos polos da sociedade, tentam buscar um discurso político mais abrangente possível, que não fique ligado a nenhum dos polos da política.

Os partidos de são mobilizados para a dinâmica eleitoral. Uma hipótese a se levantar é a de que esses partidos que vão promover condições para uma carreira política mais sólida, os dados nos levam a crer nisso.

É importante lembrar que nessa pesquisa não estamos falando da carreira em si, estamos falando do número de mandatos, número de eleições que se utiliza da indicação da sua profissão enquanto político.

Tabela 8. Região dos candidatos, Brasil (1998-2014)

Região	00	1,00	2,00	3,00	4,00	Total
Norte	55,1%	27,0%	14,6%	2,2%	1,1%	100,0%

Nordeste	62,3%	21,4%	11,7%	3,9%	0,6%	100,0%
Centro-Oeste	60,0%	21,8%	16,4%	1,8%		100,0%
Sudeste	62,7%	21,7%	12,0%	2,4%	1,2%	100,0%
Sul	63,8%	19,1%	8,5%	6,4%	2,1%	100,0%
Total	61,5%	22,0%	12,2%	3,3%	1,1%	100,0%

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Testes qui-quadrado foram realizados para as variáveis: sexo, raça, ideologia de partidos e região. O valor do qui quadrado de Pearson deu acima do que todos seguem o mesmo padrão. A análise quantitativa não dá conta de explicar tudo isso. É preciso partir para uma análise mais qualitativa, uma análise de painel. .

O qui quadrado não dar uma significância estatística também é um achado, pois é possível ver que aquela variável, aquela relação entre aquelas duas características não possuem interação. Essas variáveis não explicam, mas não quer dizer que uma análise qualitativa não venha a explicar.

4. CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como tema a análise dos dados do Tribunal Superior Eleitoral, no que diz respeito aos dados das biografias dos candidatos a deputados federais de 1998 até 2014. E os capítulos procuraram oferecer uma contextualização do assunto, embasamento teórico, dados e uma análise descritiva que possibilitasse uma maior compreensão do que significa ser político no Brasil.

No primeiro capítulo foi feita uma contextualização do tema, abordando alguns conceitos fundamentais como as diferenças entre carreira política e carreira eleitoral, capital político, o *habitus* que o campo político possui, e alguns outros conceitos. Feita essa contextualização é possível que o interlocutor tenha algumas noções de conceitos que podem ajudar a entender e interpretar melhor as análises feitas na segunda parte do trabalho.

Quando a análise de perfil foi realizada, homens e mulheres, negros, brancos, pardos seguem mais ou menos o mesmo padrão ao declarar sua ocupação, interpretação sustentada a partir do teste qui-quadrado. Isso significa que sexo ou raça não são variáveis que possam explicar o motivo que alguns candidatos se identificam como políticos.

O grande achado dessa pesquisa foi descobrir que quando o assunto é posicionar-se como político, não existem diferenças. Todos seguem o mesmo padrão, não importa se sejam homens, mulheres, negros, pardos, brancos, esquerda, direita ou centro.

Nesta pesquisa algumas limitações foram impostas, como o acesso a alguns dados, por exemplo. O ideal seria identificar os casos de candidatos que estão indo à reeleição, e então, analisar se entre esses candidatos existem alguns que ainda não se identificam como políticos. Não tivemos acesso a esses dados nessa pesquisa, mas eles seriam importantes para aprofundar a abordagem produzida.

Esta pesquisa foi feita já com o intuito de ser um primeiro passo para um estudo mais aprofundado do assunto, algumas perguntas foram respondidas, e muitas outras surgiram desse assunto que é tão complexo e inexplorado. Esse estudo não precisa se fechar em si mesmo, por se tratar de uma agenda de pesquisa com potencial de desenvolvimento.

O número de auto declarações enquanto políticos vêm crescendo, sejam eles políticos de profissão, *outsiders* ou raposas. O importante é que a profissionalização e experiência prévia aconteçam, se seguirem esse caminho cada vez mais teremos um jogo político mais democrático e dinâmico, com candidatos vindo de todos as classes e grupos, deixando a representatividade melhor.

REFERÊNCIAS

- CODATO, Adriano. **A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo.** Revista de Sociologia e Política 16.30 (2008): 89-105.
- COSTA, Paulo Roberto Neves; Luiz Domingos Costa; Wellington Nunes. **Os senadores-empresários: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010).** Revista Brasileira de Ciência Política 14 (2014): 227-253.
- CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DOS SANTOS, André Marengo. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998].** (2000).
- DOS SANTOS, André Marengo. **Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional.** Revista Brasileira de Ciências Sociais 33 (1997): 87-101.
- DOS SANTOS, André Marengo; Miguel Serna. **Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai.** Revista Brasileira de Ciências Sociais 22.64 (2007): 93-113.
- KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local.** Opinião Pública 11.2 (2005): 337-365.
- LEONI, Eduardo; Carlos Pereira; Lúcio Rennó. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil.** Opinião Pública 9.1 (2003): 44-67.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na eleição.** Revista de Sociologia e Política 20.20 (2003): 115-134.
- MIGUEL, Luís Felipe. **Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18(51), 123-140. 2003.
- NUNES, Edson. **Legislativo, política e recrutamento de elites no Brasil.** Dados (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 17, 1978.
- OLIVEIRA, Márcio S. B. S. **Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19(55), 180-186.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; Angel Miríade. **Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006.** Dados 52.2 (2009): 301-333.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira.** SciELO-Centro Edelstein, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados.** OESP, 1987.

SILVA, João Carlos da. **Empresários na Câmara dos Deputados (1999-2003): recrutamento, ascensão e trajetória política.** Diss. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2002.

VIEGAS, W. **Fundamentos lógicos da metodologia científica.** 3ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

WEBER, Max. **A política como vocação.** UnB, 2003.

ANEXO

Tabela 9. Qui-quadrado Sexo

	Valor	df	Significância
Qui-quadrado de Pearson	3,364	4	0,499
Razão de verossimilhança	3,741	4	0,442
N de Casos Válidos	641		

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Tabela 10. Qui-quadrado Raça

	Valor	df	Significância
Qui-quadrado de Pearson	6,028	12	0,915
Razão de verossimilhança	6,911	12	0,863
N de Casos Válidos	641		

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Tabela 11. Qui-quadrado Ideologia e número de candidaturas como político

	Valor	df	Significância
Qui-quadrado de Pearson	15,222	8	0,055
Razão de verossimilhança	15,010	8	0,059
Associação Linear por Linear	0,636	1	0,425
N de Casos Válidos	641		

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014

Tabela 12. Qui-quadrado Região e número de candidaturas como político

	Valor	df	Significância
Qui-quadrado de Pearson	10,447	16	0,842
Razão de verossimilhança	10,425	16	0,843
Associação Linear por Linear	0,123	1	0,726
N de Casos Válidos	641		

Fonte: A autora, a partir de dados do TSE. 1998-2014